

# JUSTIÇA CRIMINAL E DEMOCRACIA

## JUSTICIA CRIMINAL Y DEMOCRACIA

Bruno Amaral Machado  
Coordenador

Alejandro Forero Cuellar ■ Antonio Henrique Graciano Suxberger  
Bruno Amaral Machado ■ Camilo Ernesto Bernal Sarmiento ■ Carmen Hein  
de Campos ■ Conceição Gomes ■ Cristina Zackseski ■ Elías Carranza  
Gabriel Ignacio Anitua ■ Ignacio Flores Prada ■ Iñaki Rivera Beiras  
Jesús M. Rivera Delgado ■ Jorge Vicente Paladines ■ José Mouraz Lopes  
Lea Marina Meza Córdoba ■ Lina M. Torres Rivera ■ Máximo Sozzo  
Patrizia Pederzoli ■ Rogerio Schietti Machado Cruz ■ Sergio J. Cuarezma Terán

# JUSTIÇA CRIMINAL E DEMOCRACIA

JUSTICIA CRIMINAL  
Y DEMOCRACIA

BRUNO AMARAL MACHADO  
Coordenador

Alejandro Forero Cuellar • Antonio Henrique Graciano Suxberger  
Bruno Amaral Machado • Camilo Ernesto Bernal Sarmiento  
Carmen Hein de Campos • Conceição Gomes  
Cristina Zackseski • Elías Carranza  
Gabriel Ignacio Anitua • Ignacio Flores Prada  
Iñaki Rivera Beiras • Jesús M. Rivera Delgado  
Jorge Vicente Paladines • José Mouraz Lopes  
Lea Marina Meza Córdoba • Lina M. Torres Rivera  
Máximo Sozzo • Patrizia Pederzoli  
Rogerio Schietti Machado Cruz • Sergio J. Cuarezma Terán



Marcial  
Pons

MADRI | BARCELONA | BUENOS AIRES | SÃO PAULO



Fundação Escola Superior  
do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

*Justiça criminal e democracia*  
*Justicia criminal y democracia*

*Coordenador*

Bruno Amaral Machado

*Autores*

Alejandro Forero Cuellar / Antonio Henrique Graciano Suxberger / Bruno Amaral Machado / Camilo Ernesto Bernal Sarmiento / Carmen Hein de Campos / Conceição Gomes / Cristina Zackseski / Elías Carranza / Gabriel Ignacio Anitua / Ignacio Flores Prada / Iñaki Rivera Beiras / Jesús M. Rivera Delgado / Jorge Vicente Paladines / José Mouraz Lopes / Lea Marina Meza Córdoba / Lina M. Torres Rivera / Máximo Sozzo / Patrizia Pederzoli / Rogerio Schietti Machado Cruz / Sergio J. Cuarezma Terán

*Capa*

Nacho Pons

*Preparação*

Ida Gouveia

*Editoração eletrônica*

Oficina das Letras®

Todos os direitos reservados.

Os autores desta publicação gozam de liberdade de expressão, cabendo-lhes a responsabilidade exclusiva pelas ideias emitidas em seus respectivos artigos.

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil**

---

Justiça criminal e democracia / Bruno Amaral Machado, coordenador. – 1. ed. – São Paulo : Marcial Pons; Brasília : Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2013.

ISBN 978-85-66722-08-6

1. Brasil - Constituição (1988) 2. Direito penal - Brasil 3. Justiça criminal - Administração - Brasil 4. Processo penal - Brasil I. Machado, Bruno Amaral.

13-11143

CDU-343.1(81)

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil : Justiça penal : Direito processual penal 343.1(81)

© MARCIAL PONS  
EDITORA DO BRASIL LTDA.  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461,  
Conj. 64/5, Torre Sul  
Jardim Paulistano  
CEP 01452-002 São Paulo-SP  
☎ (11) 3192.3733  
www.marcialpons.com.br  
e-mail: contato@marcialpons.com.br

© Bruno Amaral Machado (Coordenação)  
© FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO  
FEDERAL E TERRITÓRIOS  
SCRS Quadra 502, Bloco A, Loja 55,  
Asa Sul, CEP 70330-510 Brasília-DF  
☎ (61) 3226.4643  
www.fesmpdft.org.br  
e-mail: fesmpdft@fesmpdft.org.br

Impresso no Brasil [10-2013]

*«Modern social theory could afford to separate theory from policy. Indeed, it made a virtue out of that historically circumscribed plausibility, and actively fought for the separation under the banner of value-free science. Keeping the separation watertight has turned into a most distinctive mark of modern theory of society. A theory of postmodernity cannot follow that pattern. (...). All description of the postmodern habitat must include politics from the beginning. Politics cannot be kept outside the basic theoretical model as an epiphenomenon, a superstructural reflection or belatedly formed, intellectually processed derivated.»*

(BAUMAN, Zygmunt. *Intimations of Postmodernity*. London: Routledge, 2000, p. 196)

*«Mas agora chega a um ponto que em meu entender é a força e o segredo da dominação, o apoio e fundamentos da tirania. No meu juízo muito se engana quem pensa que as alabadas, os guardas e a disposição das sentinelas protegem os tiranos. Creio que a eles recorrem mais como formalidade e espantinho do que por confiança. (...). Não são os bandos de gente a cavalo, não são as companhias de gente a pé, não são as armas que defendem o tirano; de imediato, não se acreditará nisso, mas com certeza é verdade. São sempre quatro ou cinco que mantêm o tirano; quatro ou cinco que lhe conservam o país inteiro em servidão. (...) Sempre foi assim: cinco ou seis obtiveram o ouvido do tirano e por si mesmos dele se aproximaram (...). Esses seis têm seiscentos que crescem debaixo deles e fazem de seus seiscentos o que os seis fazem ao tirano.»*

(LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da servidão voluntária*. Trad. Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 31-32)

*«Vista do ponto de vista da política, a verdade tem um caráter despótico. Ela é, portanto, odiada por tiranos, que temem com razão a competição de uma forma coercitiva que não podem monopolizar, e desfruta de um estado um tanto precário aos olhos de governos que se assentam sobre o consentimento e abominam a coerção.»*

(ARENDETT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro Barbosa. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 298).

*«Do mesmo modo que o verdadeiro responsável pela aplicação do direito não é este ou aquele magistrado singular, mas todo o conjunto de agentes, frequentemente postos em concorrência que procedem à detecção e à marcação do delinquente e do delito, assim também o verdadeiro legislador não é o redactor da lei mas sim o conjunto dos agentes que, determinados pelos interesses e os constrangimentos específicos associados às suas posições em campos diferentes (campo jurídico, e também campo religioso, campo político etc.), elaboram aspirações ou reivindicações privadas e oficiosas, as fazem aceder ao estado de “problemas sociais”, organizam as representações (artigos de imprensa, obras, plataformas de associações ou partidos etc.) e as pressões (manifestações, petições, diligências etc.) destinadas a “fazê-las avançar”.»*

(BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 247-248)

*«El único referente que funciona todavía, es el de la mayoría silenciosa. Todos los sistemas actuales funcionan sobre esa entidad nebulosa, sobre esa sustancia flotante cuya existencia ya no es social, sino estadística, y cuyo único modo de aparición es el de sondeo. Simulación en el horizonte de lo social, o más bien en el horizonte donde lo social desapareció.»*

(BAUDRILLARD, Jean. *A la sombra de las mayorías silenciosas*. Barcelona: Kairós, 1978, p. 23)

## BRUNO AMARAL MACHADO

Coordenador

Doutor em Sociologia Jurídico-Penal (Universidade de Barcelona), pós-doutorado em Sociologia (Universidade de Brasília). Visiting Scholar nas Universidades Fordham e John Jay (Nova Iorque, 2011) e UPF (Departamento de Criminologia) – Barcelona (2013). Professor Associado dos Programas de Pós-Graduação em Direito do Uniceub, Pesquisador Associado do Departamento de Sociologia (Universidade de Brasília), Professor do Programa de Doutorado em Ciências Penais da Universidade de San Carlos da Guatemala, Professor dos programas de pós-graduação da FESM-



PDFT. Professor convidado do IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público). Representante do Brasil na Associação Latino-Americana de Direito Penal e Criminologia (ALPEC). Promotor de Justiça em Brasília (MPDFT).

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| Justiça Criminal, Estado de Direito e Democracia: entre o discurso e as práticas, contradições e desafios<br>BRUNO AMARAL MACHADO..... | 11  |
| Rumo a um processo penal democrático<br>ROGERIO SCHIETTI MACHADO CRUZ.....   | 23  |
| Garantías y derechos fundamentales en el proyecto de Código de Proceso Penal español de 2013<br>IGNACIO FLORES PRADA .....             | 59  |
| Juicio por jurados y la democracia en Argentina<br>GABRIEL IGNACIO ANITUA .....  | 103 |
| ¿La Justicia Penal para la Economía?<br>SERGIO J. CUAREZMA TERÁN e LEA MARINA MEZA CÓRDOBA .....                                       | 119 |
| Fábrica Flagrancia: La gestión procesal de la detención en Ecuador<br>JORGE VICENTE PALADINES.....                                     | 137 |
| La pena de muerte en Puerto Rico: dos caras del sistema de justicia criminal<br>JESÚS M. RIVERA DELGADO e LINA M. TORRES RIVERA .....  | 165 |
| Transición a la democracia, política y castigo legal en Argentina<br>MÁXIMO SOZZO .....  | 195 |

|  |     |
|--|-----|
| Justiça criminal em Portugal: contextos e desafios   |     |
| CONCEIÇÃO GOMES e JOSÉ MOURAZ LOPES .....  | 239 |
| Fragmentos do jogo político-criminal brasileiro  |     |
| CRISTINA ZACKSESKI .....   | 263 |
| Violência contra mulheres: feminismos e direito penal  |     |
| CARMEN HEIN DE CAMPOS.....   | 289 |
| Conexiones perversas: crisis económica, delitos estatal-corporativos,<br>daños sociales e industria armamentística en España |     |
| CAMILO ERNESTO BERNAL SARMIENTO, ALEJANDRO FORERO CUELLAR e<br>IÑAKI RIVERA BEIRAS.....                                      | 323 |
| Segurança Pública e os dilemas de uma democracia em crise  |     |
| ANTONIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER .....  | 345 |
| Vinte anos depois de Tangentopoli: corrupção política na Itália  |     |
| PATRIZIA PEDERZOLI.....  | 367 |
| Derechos humanos, criminalidad y justicia penal en América Latina en<br>el siglo XXI   |     |
| ELÍAS CARRANZA .....   | 393 |



# **JUSTIÇA CRIMINAL, ESTADO DE DIREITO E DEMOCRACIA: ENTRE O DISCURSO E AS PRÁTICAS, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS**

**BRUNO AMARAL MACHADO**

O debate sobre o papel do sistema de justiça criminal nos Estados contemporâneos tem ocupado a atenção de juristas e cientistas sociais nos últimos anos. Não menos relevante é a discussão sobre os limites da intervenção penal diante de dilemas que devem ser enfrentados: de um lado, a preocupação com as garantias e proteção aos direitos fundamentais, orientada pelo fortalecimento dos Estados de Direito e construção de limites racionais ao poder punitivo (BERGALLI, 1996, 1999 e 2003; FERRAJOLI, 2001; GUARNIERI e PEDERZOLI, 2002; MACHADO, 2004, 2007 e 2011; NELKEN, 1996; SANTOS, 2002). De outro lado, a crescente pressão por mais eficiência das instâncias responsáveis pela aplicação das normas penais, muitas vezes difusa e traduzida em demandas de determinados setores da população, elites políticas ou *lobbies*, mediada pelo discurso dos meios de comunicação de massa (GARLAND, 2001; SILVA SÁNCHEZ, 2001).

O tema sugere distintas abordagens e expõe a complexidade das questões envolvidas. O debate sobre a reforma do processo penal certamente associa-se a essa discussão, e surge, direta ou indiretamente, como pano de fundo de questões pontuais sobre a extensão e necessidade de aprimoramento ou ajuste das legislações processuais em face de mudanças substantivas dos contextos sociais, culturais e políticos nos quais foram idealizados os instrumentos e

institutos processuais. As dinâmicas, contradições e resistências à reforma legislativa expõem diversas aporias das (re)engenharias dos Estados de Direito, e trazem à tona discussões mais amplas dos modelos de democracia representativa, os diferentes processos de diferenciação interna do sistema jurídico na forma de organizações e profissões que participam da divisão do trabalho jurídico penal, e revelam as possibilidades e simulacros da participação popular nas tomadas de decisões.

Como compreender o debate sem a ampla percepção sobre as dificuldades em modificar as legislações concebidas em modelos de sociabilidade tão distintos dos atuais? A mudança dos modelos ou sistemas processuais não é a única frente exposta nos debates contemporâneos. A espiral legislativa no campo penal também sugere distintas perspectivas. Certamente, a produção legislativa assume significantes distintos para os sistemas político e jurídico. Se a produção legislativa é programadora das comunicações jurídicas, assume um viés instrumental ou meramente simbólico para o sistema político. Produzir legislação, nas mais distintas áreas, é, na semântica contemporânea do sistema político, política em ação (LUHMANN, 2005 e 2007; MACHADO, 2012). As demandas por mais punição há muitos anos não mais se articulam exclusivamente a pressões de determinados grupos elitistas transmutados em empresários morais. A atipicidade dos novos sujeitos que assumem o protagonismo nas recentes bandeiras repressoras, e que apostam no uso crescente do direito penal como instrumento de controle punitivo associa-se à percepção da pena como instrumento de defesa de minorias, ainda que conscientes das suas deficiências na reconfiguração de novas arenas de disputas e conflitos e na dimensão simbólica da definição jurídico-penal de condutas socialmente reprováveis (BECKER, 1963; SILVA SÁNCHEZ, 2001).

Como compreender a complexidade e os desafios do sistema de justiça criminal se desconsiderados os contextos sociais, culturais e políticos em que são idealizados, propostos e (in)aplicados os diplomas legais? A persistência de modelos processuais com resquícios do século XIX e as dificuldades de alteração legislativa remetem aos interesses organizacionais e construção de nichos de poder na diferenciação interna do sistema de justiça criminal (LUHMANN, 2005, 2007 e 2010). A argumentação jurídica e racionalidade das inovações não parecem suficientes para explicar as dinâmicas e peculiaridades das reformas e resistências aos novos modelos. Por outro lado, as mudanças legislativas podem associar-se a pressões internacionais, especialmente quando o pacote de mudanças legislativas depende de pressupostos econômicos (SANTOS, 2001 e 2002). Uma vez mais, a produção legislativa assume o significado instrumental e simbólico sinalizado na tradução das propostas aos códigos da política. Ainda que sob irritação e ressonância do entorno (no caso, especialmente, o sistema econômico) (LUHMANN, 2005 e 2007; MACHADO, 2012).

Algumas das questões mencionadas nesta breve introdução, explícita ou implicitamente, aparecem neste volume que apresento ao leitor. O livro, fruto de projeto editorial da Marcial Pons com a Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT), parte de um convite – quase um desafio? – lançado aos autores que gentilmente aceitaram, o que tornou possível a concretização deste projeto.

O artigo «Rumo a um Processo Penal Democrático», de autoria do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e professor brasileiro Rogerio Schietti, apresenta e discute a evolução do processo penal brasileiro desde o período colonial. O autor preocupa-se em identificar as opções legislativas ao longo dos séculos, concentrando-se nas mudanças e avanços trazidos na transição política e na recente democracia brasileira. Schietti parte de um questionamento inicial: o que significa dizer que um processo penal é democrático? Analisa-se a crescente democratização do processo penal, sob forte inspiração iluminista, traduzida na moderna e atualizada versão do modelo garantista. Contudo, a persistência de valores e costumes condicionados por modelo de dominação colonial, autoritário e marcado pelo escasso respeito aos direitos individuais revela parte das contradições apresentadas pelo autor.

Com forte preocupação em recuperar fontes históricas, Schietti discute a formação arbitrária do processo penal brasileiro e as dificuldades para fazer prevalecer cultura processual verdadeiramente democrática em face da persistência de padrões nem sempre em sintonia com o modelo idealizado pela Constituição de 1988. Ao analisar as recentes mudanças do processo penal brasileiro o autor seleciona decisões de tribunais superiores ainda refratários ou indiferentes ao texto de tratados internacionais, como o Pacto de São José da Costa Rica. A mudança de mentalidades nem sempre segue as transformações legais. Persiste o desafio de busca do equilíbrio entre a eficiência do sistema punitivo, com a busca de diminuição dos níveis de morosidade e de impunidade, balizada pela necessidade de controlar constantemente o poder punitivo do Estado.

A reforma do processo penal é tema que também ocupa a atenção do professor da Universidade Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha) Ignacio Flores Prada, no artigo «Garantías y derechos fundamentales en el proyecto de Código de Proceso Penal español de 2013». A partir de concepção difundida de que o processo penal reflete a ideologia das comunidades política, o autor retoma o debate entre os modelos inquisitivo, acusatório e misto, definidos e redefinidos historicamente. Flores Prada recorda que o movimento dos direitos humanos, simbolizado na Declaração Universal dos Direitos dos Homens e o Convênio de Roma sobre os Direitos Humanos e o Tratado Internacional dos Direitos Civis e Políticos impactaram os Estados de Direito ocidentais a partir

da segunda metade do século XX. O equilíbrio entre eficácia e garantias surge como um dos princípios que devem orientar o processo penal moderno.

Nessa esteira, vários países europeus promoveram reformas substantivas de seus modelos processuais penais a fim de atender aos princípios e regras estabelecidos em tratados internacionais e respectivas constituições. Depois de 130 anos da *Ley de Enjuiciamiento Criminal*, adverte Flores Prada, anuncia-se projeto que pretende reformar profundamente o processo penal espanhol. Sob esta perspectiva, o autor analisa detidamente aspectos centrais da reforma sob a perspectiva das garantias constitucionais, e focaliza especialmente o direito de defesa, a proteção da intimidade e da inviolabilidade do domicílio, a liberdade pessoal e as medidas cautelares, o direito à prova lícita e finaliza com a análise do modelo recursal proposto.

A análise é provisória, adverte o processualista, pois sujeita ao debate político. Porém, ao lembrar que a principal fonte do direito processual espanhol data de 1882, o leitor é convidado a refletir sobre a urgência das mudanças em face do contexto social, cultural e jurídico-político da Espanha, transcorridos mais de 35 anos da transição política e de consolidação democrática sob a égide da Constituição de 1978. Resta a pergunta: convencidos sobre a necessidade da reforma processual, no jogo político, permeado pelas disputas entre diferentes organizações que participam da divisão do trabalho jurídico-penal, qual será a sua extensão? O que também pode evidenciar interesses subjacentes que explicam a resistência à alteração substancial do modelo processual espanhol.

O artigo «Juicio por jurado y democracia em Argentina», de Gabriel Ignacio Anitua, professor da Universidade de Buenos Aires, percorre as atuais iniciativas do Plano para a Democratização da Justiça na Argentina. Ao descrever as iniciativas mais relevantes para o sistema de justiça criminal, Anitua critica que o mandado constitucional para implantação do Júri ainda não foi cumprido.

O autor defende o modelo não apenas pela sua constitucionalidade, mas também porque aposta no que avalia como característica democrática do modelo. Ao fazer valer a norma constitucional, sustenta Anitua, o poder punitivo poderia ser legitimado, livre do domínio de especialistas que ocupam o campo jurídico-penal. Ao conhecer o relato da experiência argentina o leitor é estimulado a recuperar uma discussão que não se limita às terras austrais.

Ao descrever o jogo político que move a reforma processual na Argentina, Anitua convida o leitor para um debate antigo, complexo e longe de uma resposta simples. Uma das características da modernidade é a racionalização dos mais diversos âmbitos da vida social. Os processos de racionalização da ciência, orientada pela codificação da verdade, da economia, movida pelo

signo do dinheiro, da argumentação jurídica, direcionada pelos códigos do direito/ não direito, pressupõem processos de diferenciação funcional e a construção de nichos dominados por especialistas, muitas vezes agrupados em profissões ou organizações que disputam a hegemonia em suas respectivas áreas (LUHMANN, 2007; LUHMANN, 2010). Nesse contexto, a reflexão de Anitua também leva o leitor a novas perguntas e reflexões: até que ponto o modelo do júri não é colonizado pela máquina jurídica ou fábrica do direito (LATOUR, 2002), frustrando o intuito de democratização dos processos decisórios do sistema jurídico?

O artigo «¿La Justicia Penal para la Economía?», dos professores e pesquisadores do INEJ (*Instituto de Estudio e Investigación Jurídica* - Nicarágua) Sergio Cuarezma e Lea Córdoba, também trata da reforma do processo penal. O objetivo, contudo, é outro. Não analisam as reformas propostas, mas as realizadas nos países da América Central e, mais especificamente, na Nicarágua. Os autores investem em outro fenômeno, a globalização da reforma da justiça e implantação de modelos transplantados de outras tradições jurídicas. O modelo exportado por organizações internacionais ou transnacionais, como o Banco Mundial, USAID, entre outros, geram consequências importantes nos diferentes países que experimentam transplantes legais. O pretenso e idealizado equilíbrio entre eficácia e garantias novamente surge como um dos vetores do artigo e pano de fundo dos argumentos aqui apresentados.

A inspiração do novo modelo, sustentam os autores, privilegia visão *eficientista* do processo penal. A instrumentalidade da reforma (significante político) conformou programas processuais (condicionais) de tradição norte-americana, como o *plea bargaining*. E o faz, à maneira centro-americana, colocando as partes em condição de extrema desigualdade, onde o acusado sente-se premido pela pressão da negociação ofertada pelo Ministério Público, em um processo com escasso controle judicial. O intuito é rapidez e condenações ao menor custo sistêmico. Porém, alertam, com graves violações às garantias dos acusados.

Ao discutir as motivações da reforma, os autores advertem que a promessa de mudança de um modelo tradicional e predominantemente inquisitivo por um modelo acusatório ampliaria o espectro de proteção dos direitos e garantias do investigado e pretendia uma maior «democratização do processo penal». Os motivos que justificaram a mudança esconderiam, contudo, intenções inconfessáveis de conferir mais segurança às transações econômicas e ao capital financeiro. Evidência desses interesses, sustentam os autores, a origem do financiamento para a implantação da reforma processual penal. Em um contexto pouco alentador, a proposta é lançada ao final: recuperar o equilíbrio perdido, ou abandonado, por um modelo que resguarde não

apenas a pretensa eficácia e segurança das relações econômicas, mas também, e fundamentalmente, os direitos e garantias individuais.

A reforma do processo penal na América Latina ocupa também a atenção do professor e pesquisador da Universidade Simón Bolívar (Equador) Jorge Paladines no artigo «Fábrica Flagrancia: la gestión procesal de la detención en Ecuador». Diferente dos anteriores, Jorge investe em um estudo de caso «A unidade para gestão processual para detenção de crimes em flagrante delito». O modelo equatoriano, adverte o autor, segue e, de alguma forma, inspira-se em experiências de outros países sul-americanos, especialmente Colômbia e Bolívia. Embora não descuide dos interesses de organizações internacionais e transnacionais por trás da reforma processual, expostos no texto de Curezma e Córdoba, Jorge recorda a demonização dos meios de comunicação e de parte da Polícia ao desempenho dos membros e servidores do Judiciário em relação às prisões em flagrante e posterior tramitação judicial.

A partir de dados empíricos e sob forte inspiração na crítica criminológica, Jorge expõe diferentes ofensas aos direitos e garantias individuais dos acusados, o que teria produzido forte incremento do número da população carcerária do Equador no último ano. A mecânica do esquema de produção da justiça criminal *fordista* supõe um fortalecimento da Polícia e do Ministério Público e agravamento do desequilíbrio com a defesa. O modelo processual, inspirado pelo segredo das diligências investigatórias, evidencia que muitas vezes o anonimato e a prova de licitude duvidosa, sustentam parte das acusações. A experiência, aplaudida por grande parte da Mídia e por setores conservadores, gera discussão na comunidade jurídica. Resta a pergunta, sugerida pelo autor: o modelo gerou menos impunidade, conforme sustentam os seus defensores, ou serviu apenas para incrementar as vítimas do que denominou «fábrica flagrancia»?

O artigo «La pena de muerte em Puerto Rico: dos caras del sistema de justicia criminal», dos professores e pesquisadores porto-riquenhos Jesús M. Rivera Delgado e Lina M. Torres Rivera, discute o percurso e as contradições da pena de morte em Porto Rico. A partir de enfoque jurídico-constitucional e perspectiva sociológica, os autores descrevem as implicações do arranjo político-institucional de Porto Rico, Estado Associado aos Estados Unidos da América.

O processo de inclusão no federalismo norte-americano coloca questão também presente no debate entre os Estados da federação que aboliram a pena de morte, que persiste para determinados crimes federais. Os autores narram e apresentam evidências da forte oposição à pena de morte em Porto Rico, em que pesa a pressão de Washington pelo *enforcement* da persecução penal dos delitos federais, inclusive para aqueles aos quais foi cominada a pena capital. As opções político-criminais expõem as contradições do modelo polí-

tico idealizado. Os autores enfrentam os limites e dinâmicas das democracias representativas em face de dilemas e questões complexas como a penalidade instituída pelos Estados e suas diferentes justificações, muitas vezes envoltas em mitos e ideais.

O artigo «Transición a la democracia, política y castigo legal en Argentina», do professor da Universidad del Litoral (Argentina), Máximo Sozzo, investe na análise e discussão das políticas penais orientadas por ideologias hegemônicas em contextos históricos definidos. Sozzo seleciona a transição democrática na Argentina em seus primeiros anos (1983-1989) e distingue quatro eixos de análise.

Para a primeira etapa da transição, definida como «formalista», o autor questiona a maneira como foi construída a política penal nos anos que se seguiram ao fim do período da ditadura militar. O autor apresenta sobradas evidências do ideário liberal que orientava as iniciativas políticas para deter o poder punitivo. Sozzo não se limita a descrever os eventos e tendências, e arrisca-se no que define como «reflexão exploratória» sobre os condicionantes de uma política penal com o anunciado perfil. O autor discute, ao final, os possíveis efeitos das referidas iniciativas penais na evolução da penalidade na Argentina.

Da análise de Sozzo o leitor é instigado a pensar a complexidade das políticas penais nos últimos anos. Longe de uma visão simplista, reprodutora do discurso da «globalização da política penal», sem perder a referência de fenômenos supranacionais inter-relacionados, aposta-se em uma sociologia histórica, rica e consciente das distinções e especificidades dos processos e contextos locais no centro e na periferia do espaço mundial.

As transformações sociais, condicionantes econômicos e imposições políticas configuram um quadro complexo de múltiplas variáveis de análise. A mudança do marco legal, reconstruído por novas cartas políticas e pela incorporação de tratados internacionais sinalizam novas possibilidades, *ressignificando* as políticas do castigo. As comunidades epistemológicas certamente assumem um destacado papel e o jurista (penalista) consolida-se como o experto hegemônico na construção dos anteprojetos de leis que fundamentam e legitimam as decisões programantes do sistema político (LUHMANN, 2005). A produção legislativa assume a dimensão política, instrumental e simbólica, com repercussões na forma como operam as organizações do sistema de justiça criminal.

No artigo «Justiça criminal em Portugal: contextos e desafios», a pesquisadora Conceição Gomes do CES (Centro de Estudos Sociais) de Coimbra e o magistrado José Mouraz Lopes analisam a forma como os sistemas de justiça dos diferentes Estados incorporam diretrizes e princípios estabelecidos

internacionalmente. No espaço da União Europeia, descrevem os autores, articulou-se um espaço judiciário, impondo-se a necessidade de coordenação e harmonia, o que evidencia contradições e limites nos processos de adaptação dos diferentes modelos tradicionalmente estabelecidos pelos países.

Na análise do caso português os autores não se limitam a identificar e descrever as imposições supranacionais, em especial da União Europeia, na promoção de mudanças normativas, reconfigurando o modelo existente. Além disso, os autores denunciam a fragilidade e seletividade dos sistemas de justiça criminal para enfrentar a criminalidade complexa, em especial a corrupção e os delitos econômicos, tema presente na agenda da criminologia crítica.

A professora e pesquisadora Cristina Zackseski, no artigo «Fragmentos do jogo político-criminal brasileiro» desvenda as disputas e arranjos da política criminal no Brasil a partir de iniciativas criminalizadoras. Como eixo central de sua análise, Cristina aposta na reconstrução do itinerário das propostas aventadas na mais recente tentativa de reforma do Código Penal, bem como analisa aquelas contidas em leis esparsas.

Sob uma perspectiva criminológica crítica, a autora sugere possibilidades e necessidades de descriminalização de algumas condutas, tanto aquelas já advindas de alterações legislativas recentes, como das pressões de movimentos e grupos que compõem a cena política brasileira. No percurso selecionado pela autora, privilegiam-se os discursos, tanto criminalizadores quanto descriminalizadores, de grupos diversos, como religiosos e comunicadores sociais.

O fascínio punitivo não se esgota na escrita de Zackseski, certamente. Os casos selecionados sugerem outras iniciativas e discursos não anunciados ou apenas sugeridos. Ao reconstruir, assumidamente de forma fragmentária, os confrontados interesses nas cruzadas pela expansão do direito penal, o horizonte de possibilidades não se esgota na literalidade do texto. Mais que respostas, o leitor é confrontado com perguntas, quase interpelações: se os estudos sugerem a enorme seletividade do sistema de justiça criminal, inábil para a solução das diferentes questões sociais para as quais é convidado a participar, como explicar a progressiva expansão da pena a despeito de suas mazelas e escassa efetividade para os seus fins declarados?

O artigo «Violência contra mulheres: feminismos e direito penal», da professora e pesquisadora Carmen Hein, percorre, desde a década de 1970, os caminhos através dos quais a violência contra as mulheres passou a ocupar as agendas políticas. Ao recuperar os principais argumentos de feministas de distintas tradições, a autora seleciona as iniciativas que avalia como pioneiras e o debate dentro do movimento sobre os limites do uso do direito penal. Na última parte, Carmen discute o caso brasileiro, a partir da Lei Maria da Penha.



Ao apresentar a opção legislativa do Brasil, a autora chama a atenção de que, transcorridos 40 anos de luta feminista, o debate sobre a proteção penal das mulheres ainda está longe do fim.

Ao analisar um caso específico, a política criminal para a violência contra as mulheres, a abordagem de Hein chama a atenção para a diversidade dos argumentos favoráveis e contrários à via penal. Longe de uma resposta simples, a autora mostra o equívoco em associar o feminismo (como se houvesse um único) à demanda por criminalização, contextualizando as peculiaridades e percepções de diferentes teóricas e especialistas no tema.

Ao descrever a enorme diversidade do movimento feminista, Hein evidencia que, ao contrário do que muitas vezes é descrito como bloco monolítico que atuaria como empresário moral atípico em desconcertantes cruzadas punitivas, a riqueza e diversidade do campo supõem reflexões complexas sobre os usos do direito penal (LARRAURI, 1992). A percepção da seletividade da resposta penal, contudo, é confrontada com o simbolismo que a intervenção penal impõe. Ainda que permeada pela desigual resposta e frustrações quanto aos resultados esperados, conforme sugerem pesquisas empíricas recentes (BODELÓN, 2012).

O artigo «Conexiones perversas: Crisis económica, delitos estatal-corporativos, daños sociales e indústria armamentística en España», dos pesquisadores e professores da Universidade de Barcelona (Espanha) Iñaki Rivera Beiras, Camilo Bernal Sarmiento e Alejandro Forero Cuellar, analisa as conexões entre a crise financeira e os crimes corporativos decorrentes da simbiose criminosa entre bancos e poder político na Espanha, e os enormes danos sociais advindos com o financiamento da indústria militar espanhola.

Os autores recuperam o texto clássico de Sutherland em que o sociólogo norte-americano indagava se os crimes de colarinho branco seriam de fato crimes. O eixo central da discussão, retomada neste artigo é a natureza dos comportamentos praticados pelos poderosos. O tema não é novo, mas certamente é atual. Ao analisar o contexto da crise iniciada em 2008, os autores apontam o complexo de tramas econômico-financeiras, marcado pela fraude, e beneficiado pela tolerância estatal e corrupção. As referidas práticas criminosas colocam em xeque os direitos humanos e a democracia, e sugerem novos desafios para a pesquisa criminológica.

Ao analisar o ambiente em que foram gestadas as novas práticas socialmente nocivas e os enormes danos sociais, especialmente a política de despejos que acompanhou a bolha imobiliária, os autores apontam e criticam o financiamento bancário da indústria da guerra. Ao reconstruir o caminho da indiferença e da destruição, balizado pelos códigos do sistema econômico (dinheiro), Iñaki, Camilo e Alejandro relembram as representações artísticas

que simbolizam o autoritarismo, a indústria militar e a guerra, imortalizadas por Klee, Picasso e Chagall. Em um modelo de democracia representativa enfraquecida e sob forte pressão do sistema econômico, reconfiguram-se conexões perversas entre as organizações econômicas e as instituições políticas, naturalizando-se a destruição, os danos sociais, sob o manto da indiferença.

O artigo «Segurança pública e os dilemas de uma democracia em crise», do professor e promotor de justiça (MPDFT) Antonio Suxberger, apresenta os conflitos entre os discursos e as práticas no campo da segurança pública no Brasil. Suxberger recupera as principais diretrizes para a segurança pública nos últimos anos, e evidencia as dificuldades para implementação dos projetos da forma como foram idealizados.

Conforme critica o autor, recusa-se a construção de práticas de segurança pública em sintonia com o modelo constitucional, e o espaço público é redefinido a partir da lógica da disputa e dos conflitos políticos e corporativos, com inequívoca descoordenação. A gestão da segurança pública desarticulada das práticas das organizações do sistema de justiça criminal não poderia conduzir a outra consequência: resultados antagônicos às promessas políticas inscritas em diretrizes e programas governamentais.

Sob perspectiva distinta, mas ainda focado nos crimes dos poderosos, o artigo «Vinte anos depois de Tangentópoli: corrupção política na Itália», da professora da Universidade de Bolonha (Itália) Patrizia Pederzoli, argumenta que, passados vinte anos das investigações que sacudiram a Primeira República, a corrupção política na Itália não apenas não desapareceu como pode ter aumentado. Pederzoli parte de duas hipóteses da literatura sobre a corrupção, concernentes a variáveis que influem sobre os níveis de corrupção. A primeira associa a competição eleitoral de tipo bipolar (majoritário) e a alternância de governo a possíveis obstáculos à ilegalidade na esfera pública. A segunda aposta na independência da Magistratura e do Ministério Público como instrumento eficaz contra a corrupção. Ao analisar o caso italiano Pederzoli coloca em dúvida os modelos explicativos a partir das referidas hipóteses.

Ao discorrer sobre o contexto e as circunstâncias em que os crimes dos poderosos, e especialmente a corrupção política, passam a ocupar parte das ações das organizações do sistema de justiça criminal, Pederzoli aborda questões relevantes para as democracias contemporâneas. As modernas democracias não podem prescindir de mecanismos de freios e contrapesos, bem como de instrumentos de *accountability* que viabilizam exigir responsabilidade, não apenas política, mas também jurídica, pelas ações daqueles que formam regularmente eleitos (O'DONNELL, 1999). Por outro lado, discute-se, também, o impacto das ações de organizações do sistema de justiça com insuficientes ou inadequados mecanismos para exigir a responsabilização pelas ações de seus membros, muitas vezes marcadas pela enorme discricionariedade.

O artigo «Derechos Humanos, criminalidad y justicia penal en América Latina», apresentado pelo professor Elias Carranza, diretor do Ilanud, retoma tema central da sociologia jurídica: a distância entre o direito nos livros e o direito vivo, em ação (práticas) (COTTERRELL, 1992). A internacionalização dos direitos humanos no pós-guerra, adverte o pesquisador, convive com a inquietante e desigual realidade dos países, especialmente aqueles inseridos na periferia do espaço mundial.

O autor convida à reflexão sobre os índices de criminalidade e, especialmente, de homicídios, em países com os menores índices de IDH. A superpopulação carcerária surge como subproduto da gestão penal da pobreza nas últimas décadas. Em um cenário marcado por estas características, indaga Carranza, quais seriam as alternativas e caminhos possíveis quando a lógica do controle e da exclusão passa a orientar a produção legislativa (e políticas penais) e a gestão pública da criminalidade?

Certamente, a atualidade dos temas abordados neste volume poderá ser conferida pelo leitor, destinatário deste livro. Como não poderia deixar de ser, agradeço especialmente à Marcial Pons, FESMPDFT e autores que aceitaram o desafio e viabilizaram este projeto editorial, que se destaca também por investir na possibilidade desta publicação português-espanhol. O que não deixa de ser uma provocação com propósitos integradores. Assim esperamos...

## BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Howard S., 1963: *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press.
- BERGALLI, Roberto, 1996: «Control social y sistema penal». In: BERGALLI, Roberto. *Control social punitivo: Sistema penal e instancias de aplicación (Policía, Jurisdicción y Cárcel)*. Barcelona: Bosch, p. 1-5.
- \_\_\_\_\_, 1999: *Hacia una cultura de la jurisdicción: ideologías de jueces y fiscales. Argentina, Colombia, España, Italia*. Buenos Aires: Ad-hoc.
- \_\_\_\_\_, 2003: «Jurisdicción y administración de justicia: Jueces y fiscales en la sociedad compleja». In: BERGALLI, Roberto. *Sistema penal y problemas sociales*. Valencia: Tirant lo Blanch, p. 315-349.
- BODELÓN, Encarna, 2012: *Violencia de género y las respuestas de los sistemas penales*. Buenos Aires: Didot.
- COTTERRELL, Roger, 1992: *The Sociology of Law: an Introduction*. New York: Oxford University Press.
- FERRAJOLI, Luigi, 2001: *Derecho y razón. Teoría del garantismo penal*. Trad.: Pefecto Andrés Ibáñez, Alfonso Ruíz Miguel, Juan Carlos Bayón Mohino, Juan Terradillos Basoco e Rocío Canterero Bandrés. Madrid: Editorial Trotta.
- GARLAND, David, 2001: *The Culture of Control*. New York: Oxford.

- GUARNIERI, Carlo; PEDERZOLI, Patricia, 2002: *The Power of Judges: A Comparative Study of Courts and Democracy*. Oxford: University Press.
- LARRAURI, Elena, 1992: *La herencia de la criminología crítica*. México: Siglo XXI.
- LATOUR, Bruno, 2002: *La fabrique du droit: Une ethnographie du Conseil D'État*. Paris: La Découverte.
- LUHMANN, Niklas, 2005: *El derecho de la sociedad*. Trad.: Javier Torres Nafarrate. Cidade do México: Herder.
- \_\_\_\_\_, 2007: *La sociedad de la sociedad*. Trad.: Javier Torres Nafarrate. Cidade do México: Herder.
- \_\_\_\_\_, 2010: *Organización y decisión*. Cidade do México: Herder.
- MACHADO, Bruno Amaral, 2004: «Weber y la racionalidad del control punitivo». In: BEIRAS, Iñaki Rivera. *Mitologías y discursos sobre el castigo*. Barcelona: Anthropos, p. 147-166.
- \_\_\_\_\_, 2007: *Fiscalías. Su papel social y jurídico-político: una investigación etnográfico-institucional*. Barcelona: Anthropos.
- \_\_\_\_\_, 2011: «Representações sociais sobre o controle externo da atividade policial: cultura organizacional e relações institucionais». *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 88, jan.-fev. 2011, p. 273-314.
- \_\_\_\_\_, 2012: «Discursos criminológicos sobre o crime e o direito penal: comunicação e diferenciação funcional». *Revista de Estudos Criminais*, n. 45, abr.-jun. 2012, p. 77-116.
- NELKEN, David, 1996: «The judges and Political Corruption in Italy». *Journal of Law and Society*, vol. 23, n. 1, p. 95-112.
- O'DONNELL, Guillermo, 1999: «Horizontal Accountability in New Democracies». In: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. *The Self-Restraining State*. Boulder/London: Lynne Rienner, p. 29-51.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 2001: «Processos de globalização». In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Globalização. Fatalidade ou utopia*. Porto: Afrontamento, p. 31-110.
- \_\_\_\_\_, 2002: «Direito e democracia: a reforma global da justiça». In: PUREZA, José Manuel; FERREIRA, António Casimiro (Orgs.). *A teia global: movimentos sociais e instituições*. Porto, Afrontamento, p. 125-176.
- SILVA SÁNCHEZ, Jesus Maria, 2001: *La expansión del derecho penal. Aspectos de la política criminal en las sociedades postindustriales*. 2. ed. Madrid: Civitas.

# JUICIO POR JURADOS Y LA DEMOCRACIA EN ARGENTINA

GABRIEL IGNACIO ANITUA<sup>1</sup>

Uno de los temas de alto impacto en la política argentina de este año de 2013 es el anuncio presidencial de un plan para democratizar la justicia. Más allá de las reformas puntuales planteadas, se observa la ausencia de la implementación del juicio por jurados en Argentina. En este artículo se relaciona esa ampliación de la democracia aludida junto a la participación ciudadana, los proyectos planteados desde 1983 a la fecha, el mandato constitucional de acabar todos los juicios por jurados (planteado en la CN de 1853 y en la CN reformada de 1994) y las posibles razones de su incumplimiento. Se afirma que el juicio por jurados es un producto de la participación democrática pero a la vez es productor de ella, tanto en quienes intervienen como jurados como sobre los ciudadanos que forman parte del público y potencialmente pueden integrar un jurado en otro momento Finalmente, se sostiene que el modelo democrático y participativo del poder punitivo tiene un determinado modelo de «comprensión escénica» para asegurar la producción del conflicto como «caso penal». El poder punitivo solo podrá legitimarse si recurre a un modelo radicalmente diferente al de la justicia clandestina y ese otro modelo es el del juicio por jurados.

**PALABRAS-CLAVE:** Democracia – Jurados – Administración de Justicia – Publicidad.

---

<sup>1</sup> Doctor en Derecho, Universidad de Barcelona. Profesor regular del Departamento de Derecho Penal y Criminología, Universidad de Buenos Aires. Revisado y adaptado para esta publicación por Bruno Amaral Machado.

## 1. DEMOCRATIZACIÓN DE LA JUSTICIA Y JUICIO POR JURADOS

No ha sido común, en la historia argentina, que la clase política pusiera atención en el llamado poder judicial. Es por eso que este año 2013 presenta una novedosa agenda política, con los diferentes discursos de la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner, incluyendo el más importante (de apertura del período legislativo) y el paquete de seis leyes presentado como un plan para democratizar la justicia.

La intensa polémica en torno a la reforma judicial para democratizar la justicia ha quedado opacada con discursos meramente retóricos, y exagerados o mendaces, con modos apocalípticos o heroicos, sobre esas seis leyes que se sancionaron hacia fines de abril de 2013.

Las dichas leyes tienen un alcance muy limitado. La más discutida es la de «Reforma del Consejo de la Magistratura». Con esta ley, rápidamente declarada inconstitucional e inaplicable por la Corte Suprema de Justicia (Fallo del 28.06.2013), pasarían a ser elegidos por voto popular los integrantes del Consejo de la Magistratura, cuyos consejeros debían ser académicos y profesionales de alguna disciplina o ciencia (no solo abogados) e irían a las listas de los partidos políticos a elecciones. Además, se ampliaba la cantidad de miembros del Consejo de trece a diecinueve.

La otra ley, también muy criticada, es la de «Creación de las Cámaras de Casación en lo Contencioso Administrativo, la del Trabajo y la Seguridad Social y en lo Civil y Comercial. Enmarcada en una puntual disputa del gobierno con un poderoso grupo de medios de comunicación, puede tener otros problemas quizás no contemplados como demorar más las causas por imponer una nueva instancia.

Lo mismo puede decirse de la ley de «Regulación de cautelares contra el Estado», que limita la interposición de medidas cautelares contra el Estado a aquellos casos en que esté en riesgo la vida o la libertad de las personas; no habrá cautelares contra el Estado en los casos de índole comercial. Las cautelares no podrán superar los seis meses de duración y, al cabo de este plazo, deberá dictarse sentencia sobre la cuestión de fondo<sup>1</sup>. Este proyecto ha sido cuestionado por las posibles afectaciones a derechos de particulares y vulnerables, aunque la necesidad de limitar esta herramienta por parte de los poderosos parece ser una de las principales razones de toda la polémica política.

Las leyes menos cuestionadas fueron ley de «Ingreso Democrático al Poder Judicial, al Ministerio Público Fiscal y a la Defensa», que establece la realización de exámenes de ingresos previos y, de aprobarlos, los aspirantes serán incluidos en una nómina de ingresantes para participar de un sorteo anual por la Lotería Nacional para el ingreso como empleado del Poder Judi-

cial. Se respetará todo el escalafón de la carrera judicial para llegar a cargos de mayor responsabilidad y a los puestos de secretarios y prosecretarios se accederá también por examen. La ley de «Publicidad de los actos del Poder Judicial» que simplemente contempla que se publiquen en Internet, de modo a que estén disponibles públicamente, el estado y las sentencias de todas las causas en los distintos tribunales en todo el país. Y la de «Publicidad y acceso a las declaraciones juradas» del patrimonio de los jueces.

Como es posible intuir, la grandilocuencia del debate no se corresponde con el alcance de una tal reforma del poder judicial. Y dicho debate quedó delimitado al cálculo de la política coyuntural. Se dejó afuera del debate, así, una posible y deseable discusión técnica y específica del caso concreto del poder judicial en la Argentina, en su misma conformación interna, cuanto en su relación con los otros poderes políticos del Estado.

Pero que no se haya hecho, no implica que no pueda aprovecharse la coyuntura para esa discusión. Así como, que es lo que intentaremos aquí, mencionar el caso del juicio por jurados, e íntimamente vinculados, aludir a la «democratización» y sus alcances desde la filosofía política y la teoría del Estado.

No se hace esta relación sin apoyo en la polémica, ya que el gobierno ha insistido en el componente «participativo» de la reforma. Y desde sus críticos se ha hecho hincapié en los límites republicanistas (como la división de poderes) a una tal «democratización».

En ese par, y poniéndonos del lado de las necesidades de reforma, se vislumbra la poca voluntad transformadora, el pequeño alcance, de las leyes sancionadas. Como ha dicho Alberto BINDER (2008), no se han incluido temas como

«la verdadera participación ciudadana a través de jurados, la transparencia real y publicidad de todos los procedimientos a través de la oralidad, las medidas de fortalecimiento de la justicia de cercanía para facilitar el acceso a la justicia, la reforma de la abogacía para generar una verdadera abogacía social, el reconocimiento de la justicia de los pueblos indígenas, la modificación profunda del sistema recursivos, la democratización interna del poder judicial cambiando las formas de gobierno interno, la creación de una verdadera carrera judicial.»

Las propuestas dicen tanto por lo que proponen como por lo que ocultan.

No obstante, aun cuando no estaba entonces presente esta disputa mediáticamente mayor, pero menor en el fondo de la actualidad, la misma Presidenta, aunque entonces era la Senadora Nacional Cristina Fernández de Kirchner, realizó otro intento para «democratizar la justicia», con la presentación del Proyecto de Ley de Juicio por Jurados.

No nos detendremos a analizar, entonces, por qué no formó parte de la nueva propuesta. Por ahora, solo indicaremos la relación entre el juicio por jurados y la democratización.

Y también con el cumplimiento de la Constitución Nacional, ya que el artículo 1 de la proyectada ley, que tuvo su ingreso por mesa de entradas el 23 de octubre de 2006, bajo el expediente 3815/2006, y caducó el 29 de febrero de 2008, cuando Cristina Fernández ya era presidenta, señalaba que «La presente ley tiene por objeto el establecimiento del juicio por jurados en cumplimiento de lo dispuesto por los artículos 24, 75 inciso 12 y 118 de la Constitución Nacional».

Ese proyecto, el más cercano a ser sancionado de los últimos años, preveía un Juicio por Jurados similar al español, un intermedio entre el jurado puro del modelo anglosajón, con el escabinado continental europeo, con un mayor acercamiento al primero. Estaba estipulado que sean 12 miembros titulares y 6 suplentes. Un punto interesante del proyecto fue su forma de implementar el sistema, por el cual el Ministerio de Justicia estaba destinado a organizar «cursos de capacitación para ciudadanos, a fin de promover el conocimiento y adecuado cumplimiento de la función judicial. La asistencia a dichos cursos no constituirá un requisito para ejercer la función de jurado, pero acreditará idoneidad suficiente para cumplirla».

Se ha dicho que en ese momento el oficialismo no contaba con las mayorías de las que goza en la actualidad, y por eso el proyecto no se aprobó. Pero lo cierto es que no se ha vuelto a proponer otro proyecto de juicio por jurados desde el oficialismo, que ahora sí tiene mayoría.

Persisten vigentes otros proyectos como el identificado como expediente: 2411-d-2013, de fecha 24.04.2013, presentado por los diputados Victoria Donda Pérez y Víctor De Gennaro. Y el del expediente: 1501-d-2013 de fecha 27.03.2013, presentado por los diputados Elisa Carrio, Jorge Cardelli, Alcira Argumedo y Fernando Solanas. Ambos grupos son de la oposición.

Pero también ha sido recientemente presentado (12.03.2013) el identificado con el Expediente 0715-D-2013, presentado por el diputado Héctor Recalde y que remite al anteriormente presentado por la presidenta cuando era senadora.

También tiene trámite parlamentario el Expediente 0299-D-2013 de fecha: 06.03.2013 presentado por el diputado opositor Gerardo Milman (limita el juicio por jurados para los delitos de cohecho y tráfico de influencias, malversación de caudales públicos, negociaciones incompatibles con el ejercicio de funciones públicas, exacciones ilegales y enriquecimiento ilícito de funcionarios); el Expediente: 0003-D-2013 de fecha 04.03.2013, por la diputada opositora Paula Bertol; el Expediente 7103-D-2012 de fecha 05.10.2012,



de los diputados opositores Gambaro, Ferrari y De Narváez. Y también el Proyecto de Régimen e implementación del juicio por jurados presentado por Manuel Garrido y Margarita Stolbizer el 04.09.2012. Se mencionan así a diputados de los distintos arcos opositores, que así demuestran una voluntad juradista (la mayoría de proyectos contempla un modelo de enjuiciamiento con jurado clásico para delitos graves y delitos cometidos por funcionarios públicos o contra la administración pública) que no se corresponde con el debate público.

Lo mismo puede decirse, reitero, del oficialismo, ya que a lo mencionado se aduna, aunque hayan perdido estado parlamentario el expediente 0776-D-2012, presentado el 14.03.2012 por el diputado oficialista Yoma. Y otro anterior y similar presentado por el diputado Héctor Recalde el 19.09.2011 (también de Jurado clásico, para delitos con penas de 8 años o más). Este, como el actual, reproduce el proyecto de ley presentado en el año 2006, por la entonces señora senadora Cristina Fernández de Kirchner –Expte. 3815-S-06- y otros de la fuerza gobernante (ya que propone considerar conjuntamente los expedientes 2314-S-03 (P/L del Senador Yoma); 3898-S-04 (P/L del Senador Castillo) y el mensaje y proyecto de ley 214-PE-04 (enviado por el Señor presidente de la Nación, Néstor Kirchner), publicado en el Orden del Día del Senado 1777/04. Posteriormente, el expediente 3815- S-06, fue dictaminado por las mismas Comisiones en fecha 7 de diciembre de 2006 (Dictamen publicado en el Orden del Día de Senado 1338/06), aclarando que, en dicha oportunidad las citadas Comisiones resolvieron reproducir el dictamen emitido en el año 2004 (O/D 1777/04), en el entendimiento que el mismo era representativo de la voluntad de los legisladores de los distintos bloques. La realidad es que los dictámenes emitidos en el año 2004 y en el año 2006 nunca fueron considerados por el Senado, y como se ha dicho caducaron.

Sería muy arduo mencionar todos (porque han sido muchos) los proyectos presentados tanto por senadores como por diputados. Sí destacar, en todo caso, que todos estos proyectos comenzaron a presentarse en cantidad y por todos los grupos políticos, a partir del año 2002 y tal vez como consecuencia de la crisis política e institucional que acompañó a la económica del año 2001 (también las provincias argentinas, desde entonces –Entre Ríos en 2011, Chubut en 2009, Córdoba en 2004– sancionaron leyes que imponen el juicio por jurados en sus respectivas jurisdicciones).

La intrínseca relación con las demandas de participación política en otros terrenos nos puede mostrar la diferencia de este último período con aquellos otros en que también se plantearon proyectos de enjuiciamiento por jurados (alrededor de 1880, y tras el fin de la dictadura militar, en particular en 1988, por todos HENDLER-CAVALLERO, 1988).

Y ello, más allá de la ineludible manda constitucional desde 1853.

## 2. EL MANDATO CONSTITUCIONAL

Como señalaba Nino, en nuestro país la relación entre la normativa constitucional y la realidad constitucional es una especie de tragicomedia jurídico-política (NINO, 1992: 14). Ello se verifica en el asunto al que se hace mención, y que nos debe llevar a la reflexión sobre los otros incumplidos mandatos de la Constitución originaria y vigente.

Desde una perspectiva legal (y ni siquiera democrática) la exigencia u obligación constitucional de implementar el juicio por jurados para todos los casos criminales, debe ser cumplida sin entrar en mayores razones y solo porque lo dice la Constitución Nacional. Incluso la forma más reducida de entender la forma republicana y democrática de gobierno tiene como punto de partida el respeto por la legalidad vigente, que comienza con la Constitución. Ya hace casi veinte años PASTOR (1991) señalaba que el imperativo constitucional era el de realizar juicios penales por jurados y que al que no le gustara debería argumentar en contra de la Constitución y promover su reforma.

A nosotros nos parece que existen razones que hacen conveniente aplicar la Constitución, y a pesar de lo dicho me referiré al menos a algunas de ellas que se relacionan con el concepto amplio de «democracia».

El texto de la Constitución argentina desde 1853 exige, de acuerdo con la forma de organización institucional republicana y democrática, que el juzgamiento sobre determinados conflictos se realice por el sistema de jurados legos, siguiendo el tradicional esquema anglosajón. Estos conflictos serán los que por su especial gravedad puedan conllevar la imposición de una pena grave, considerando la «gravedad» de acuerdo a los cánones culturales históricamente definidos y que hoy nos señalan como tal a la pena que implica el encierro o pérdida de la libertad por el tiempo que fuese.

La Constitución exige esto en los artículos 24, 75 inciso 12, y 118.

En el artículo 118 se expresa con claridad que el juicio por jurados es el procedimiento legal y constitucional para imponer una pena en la Argentina. Se relaciona, así, al jurado con la forma de organización de la cosa pública en una república democrática, y demuestra que el juicio penal es una institución política que afecta a todos los ciudadanos y no sólo al acusado. En ese marco se debe tomar una decisión que es de trascendental importancia para el acusado y para las víctimas, pero también para toda la comunidad. El juicio penal por jurados es, en el sentido de este artículo constitucional, una obligación del Estado y de los ciudadanos para todos los casos «criminales».

El artículo 24, en cambio, señala el derecho de todo ciudadano a ser juzgado por un juicio por jurados. Se trata de una garantía que resguarda el derecho a ser juzgado «por sus pares», y un límite para que el Estado no imponga penas de otro modo.

Por su parte, el artículo 75 solo, y nada menos, señala las obligaciones del legislador nacional –por cierto que incumplidas, lo que autoriza a que su tarea se realice por otro órgano–, en el caso, la de constituir tribunales con jurados.

### 3. LA OBLIGACIÓN DE TERMINAR LOS JUICIOS PENALES CON JURADOS Y LA ORGANIZACIÓN DEL PODER

Sobre la base del artículo 24, así como de las fuentes que lo inspiran (en particular el derecho inglés y estadounidense) los mayores especialistas en el tema (HENDLER, 2000) afirman que el mandato constitucional de realizar los juicios penales por jurados no es un imperativo para todos los casos, sino un derecho de cada ciudadano, que bien podría ser declinado por su titular. No creemos que, desde el fundamento político y filosófico, esto sea así, aun cuando también creemos que es una garantía de quien se defiende de la persecución estatal.

El artículo 118 de la Constitución diseña la forma de ejercicio de un poder, y no parece que ello sea incompatible con el derecho del ciudadano a tener un juicio por jurados. En este sentido, se puede afirmar que todo ciudadano tiene derecho a un juicio penal por jurados como límite al poder punitivo, pero no que tenga derecho a un juicio penal sin jurados, ya que aquel derecho no es renunciable o negociable (como, en verdad, no debería de serlo ningún «derecho»).

En más de un sentido puede decirse que, a pesar de tal indisponibilidad, constituye una garantía para el acusado. Puede ser visto de esta forma en el sentido de que favorece sus intereses, como demostró FLETCHER, en una excelente comparación de sistemas (2000). NINO (1992: 451), por el contrario, decía que no es un buen argumento pro juradista ya que no puede sostenerse a priori que la decisión del jurado será más justa que la de los jueces profesionales, ni que siempre, ante la duda, tienda a favorecer al acusado. Como dijo MAIER (1996: 786), tampoco lo contrario puede afirmarse.

Si bien es una materia que resiste la definitiva demostración por la empiria, un ejemplo vale para justificar tal preconcepto: contrastar la decisión tomada por los jueces profesionales en Jujuy y los jurados legos de Córdoba en casos en todo similares y muy recientes. En un conocido caso (pues lo difundieron los medios de comunicación, y se relacionaba con el homicidio de un recién nacido por parte de una joven, que alegaba haber sido violada y sufrir presiones psicológicas), el de «Romina Tejerina», los jueces profesionales dictaron una condena de 14 años de prisión; y en el caso, en todo similar, de «Elizabeth Díaz» se impuso la absolución por parte de los seis jurados legos (los otros dos disintieron con ellos), que por primera vez, en ese

caso, no siguieron la propuesta que hicieron los jueces profesionales.<sup>2</sup> Para el ejemplo remito a Demian ZAYAT (2008), quien ha hecho un brillante estudio en base a esta contrastación que le permite afirmar que las resoluciones de los Jurados «no son irrazonables sino todo lo contrario». Por ello encontró, además, que el ejemplo es «útil para mostrar el potencial del juicio por jurados en la legitimidad del sistema judicial».

Si bien, como dice el autor citado, no puede saberse si los jurados habrían absuelto a la imputada porque no coincidían con la solución que la ley daba para el caso o lo habrían hecho por razones de hecho y prueba, lo cierto es que puede pensarse en el Jurado como autoridad, de límite, a la pretensión punitiva estatal. El primer caso está previsto, en los sistemas de Jurado, bajo el nombre de «jury nullification» que es la facultad de desconocer el derecho vigente si lo encuentran opresivo o injusto (ZAYAT 2008; ROLON, 2009; CARRIO, 1990: 90; PIÑOL SALA, 2000).

Como afirma ROLON, la «anulación de la ley por parte del jurado lego», ya sea en razón de la desaprobación de algún extremo de la persecución penal legal, o por considerar inaplicable la ley en el caso concreto, es una forma de restablecer la relación entre el conflicto, el castigo y la sociedad (2009).

Pero es, ante todo, una medida de protección del individuo «par» de aquellos que juzgan, que a su vez se diferencian igualmente del Estado.

El propio FLETCHER, luego, insistió en este punto resaltando la importancia de esta institución ya que «la confianza en el Jurado manifiesta la preocupación por proteger a los disidentes en juicios con extraordinarias connotaciones políticas» (1997: 282). De esta manera también lo observa HENDLER (2005), para quien «El establecimiento del jurado tendría el sentido de proteger a las capas sociales más débiles frente al poder gobernante, permitiéndoles restringir las atribuciones de este último y preservar sus propias pautas de comportamiento».

Ya en esta mención, hecha para fundar la noción del Jurado como garantía individual, se alude al individuo como parte de un grupo social, en el caso uno minoritario.

---

<sup>2</sup> «El caso de Romina Tejerina ocurrió en 2003, en la ciudad de San Salvador de Jujuy y tuvo gran difusión mediática, llegando incluso a la Corte Suprema de Justicia de la Nación por medio de un recurso de queja que fue denegado pero con la disidencia de los ministros Zaffaroni y Maqueda... De esta manera, la imputada fue entonces castigada a 14 años de prisión por un tribunal técnico, condenándola por homicidio calificado por el vínculo, mediando circunstancias extraordinarias de atenuación. El segundo caso se produjo en 2006 en la localidad de Villa Dolores (Córdoba). María Elizabeth Díaz fue absuelta de la misma figura (homicidio calificado por el vínculo, mediando circunstancias extraordinarias de atenuación) por una mayoría de jueces legos (los dos jueces técnicos y dos jurados populares votaron en disidencia por una condena)» (COSACOV, PLAZA, RUFINETI y WECKESSER, 2013: 234; BUTELER 2009).

Pero es que la imposición de una medida tan grave como la de encerrar a una persona, afecta no sólo al individuo por ser parte de una minoría, o al grupo desaventajado al que pertenece, sino también a todos los que integran la comunidad, y es por eso que debe realizarse en forma pública y con participación ciudadana. Hacerlo de otra forma desvirtuaría a dicho poder punitivo y lo convertiría en otro, como se ha visto en la historia, más lesivo. Las organizaciones históricamente configuradas del poder punitivo burlaron este diseño y se inclinaron por otra forma que atribuye este poder a unos expertos.

El juicio por jurados, en el que resuelve un grupo de vecinos «de simple y ordinario buen sentido» como quería BECCARIA (1985), miembros de la comunidad pero que de ningún modo pueden ser parte de los expertos a sueldo del Estado, refleja una noción cultural de sentido común quizá universalizable y sin duda explotada como tal desde las críticas ilustradas del siglo XVIII al poder punitivo de su época, que indica que «el que acusa no puede resolver» para estar ante un juicio justo. Cuando el que persigue es el Estado, a través de órganos del sistema penal (como policía, fiscales o jueces instructores), el que resuelve debe de ser otro, y que mejor garantía de imparcialidad que sea cercano a la experiencia vital de quien se defiende.

Es también por todo ello que, además de ser el juicio por jurados un límite al poder punitivo (y por tanto un derecho del acusado), es una forma de organizar este poder de forma distinta al gobierno de expertos.

#### 4. LA REDUCCIÓN DEL PODER PENAL

No es casual, por tanto, que sean estos expertos quienes se opongan a la implementación del Jurado. Las razones de política criminal que aducen, suelen señalar la imposibilidad de que este sistema funcione realmente, dada la complejidad y conflictividad de las sociedades modernas. El uso discrecional, y cada vez menor, que se le da en los países anglosajones parece darles la razón en cuanto a la imposibilidad de resolver todos los juicios penales de esta forma.

Este es el argumento que quizá tiene mayor efecto «político» (o de organización institucional) para mantener que el juicio por jurados sea de factible realización solo en algunos casos: el que indica que en caso contrario serían de imposible realización todos los juicios y se paralizaría el sistema penal. Sin embargo este temor no constituye un obstáculo ineludible para comprender al juicio por jurados como una obligación institucional en los Estados republicanos y democráticos a la vez que un derecho de los ciudadanos, sino que debería conducirnos a otra reflexión sobre la cantidad de conductas incriminadas (o, mejor, conminadas con pena de prisión).

Para que el poder público –en concreto el punitivo– pueda realizarse efectivamente, para que tenga vigencia como forma de organización social, debe estar limitado drásticamente en su número de casos. De esta forma se evita la señalada parálisis del sistema, y especialmente por obligar a ello es que el sistema de Jurados tiene consecuencias benéficas. La Constitución, al diseñar la forma de realización de todos los juicios penales, indirectamente prescribe que estos casos no deben ser demasiados y así dicta una política criminal responsable y, hay que decirlo, siempre desoída. Los castigos de gravedad, como la prisión, sólo deben imponerse en casos realmente graves y que por ello merezcan el interés de todos. Así, las penas graves y el carácter público de las acciones deberían consagrarse en una proporción de casos mucho menor que en la actualidad, y sólo podrían imponerse luego de un juicio por jurados.

Pero para ello, y a diferencia de lo que ocurre en los Estados Unidos, todos los juicios penales deben resolverse ante un Jurado. Es lo que hay que interpretar de la mención constitucional a los «crímenes», y sin necesidad de una expresa sanción legal como exige BRUZZONE (2000), y a pesar de ella si indicase lo contrario.

Algunas críticas formuladas hacia el Jurado lo catalogan de ineficiente para implementar las políticas penales actuales (por costo, por tiempo, por dificultades varias). Justamente esto es lo que debe señalarse como ventaja, ya que la existencia del juicio por jurados en todos los casos criminales es evidentemente incompatible con las políticas de panpenalismo, que con atajos y selecciones sí llevan adelante los jueces profesionales. Si se toma en serio y se lleva a sus últimas consecuencias la obligación constitucional, se permitirá la necesaria reflexión sobre el poder punitivo y se impulsará una radical reforma del código penal, a la vez que una reforma profunda de la organización judicial, y también una reforma del procedimiento. Estas modificaciones deberán verificarse no solo en las leyes sino también en los hábitos de los operadores de las agencias del sistema punitivo ya que no puede democratizarse al poder punitivo si este no es internamente democrático.

De esta forma obtendríamos otra ventaja adicional a la implementación del juicio por jurados para juzgar todos los crímenes: una reforma radical del sistema de justicia penal, comenzando por la necesaria reducción de los conflictos así denominados, y conminados por eso con pena, por el legislador.

## 5. LA PARTICIPACIÓN DEMOCRÁTICA

En especial Edmundo HENDLER (desde 1988 con CAVALLERO, hasta 2006) ha señalado, con singular acierto, otras bondades del juicio por jurados, pero aquí, nos parece necesario señalar que éste es sólo una expresión de un diseño democrático del poder en el sentido más amplio. La participación democrática en todos los ámbitos del poder es ineludiblemente necesaria para romper el

miedo y la inseguridad que, a la vez de producir, son generadas por las sociedades represoras que son las que excluyen a los individuos de los procesos de toma de decisiones. Esto es especialmente notable en la justicia, y en la justicia penal, y para prevenirlo la Constitución nacional prevé esta solución.

Ya desde la Grecia clásica la condición de ciudadano se definía por la participación en la administración, del gobierno y de la justicia. MONTESQUIEU, con aquel modelo, insiste en que el ámbito privilegiado de una soberanía ejercida en forma limitada y en cabeza de todos los ciudadanos es el del poder punitivo (o judicial respecto de lo penal). Para todos los ilustrados, e incluso liberales de talante algo conservador como TOCQUEVILLE, el sistema de jurados era tan imprescindible como el voto universal en un sistema donde la soberanía se ejerce por todo el pueblo.

Sin embargo hasta hoy en la Argentina, este poder punitivo es decidido en su aplicación por un grupo de expertos -los jueces- que son entonces quienes realmente utilizan el poder soberano del Estado en desmedro de una concepción democrática del mismo y desde prejuicios de clase autoelaborados por la propia pertenencia judicial y la mala formación jurídica (por ello mismo, separados de la mayoría de los individuos y cercanos al aprovechamiento del poder por los aventajados). Entiendo que optar por el diseño de este poder decisor sobre lo punitivo con la resolución en manos de los ciudadanos que integran el Jurado es la necesaria conexión con el modelo de la igual capacidad política (luego: económica, social, etc.) de todos los individuos de la sociedad.

El Jurado se ha definido acertadamente, por ello, como la institución de cierre de la democracia (GIMENO SENDRA, MORENO CATENA y CORTÉS DOMÍNGUEZ, 1999: 62). Este tipo de enjuiciamiento es el que demuestra las posibilidades y necesidades para la democracia de la participación ciudadana en la justicia (VAZQUEZ ROSSI, 1987). Como señalaba Carlos NINO: «el Jurado tiene un enorme valor como expresión de la participación directa de la población en el acto de gobierno fundamental que es la disposición inmediata de la coacción estatal» (1991: 451).

Dentro del diseño de participación democrática de corte horizontal (y limitador del vertical) pensado por los ilustrados al imitar la tradición griega y romana republicana, la forma de enjuiciamiento por jurados es tan importante como la participación democrática en la elección del legislativo y el ejecutivo (PRADA GARCÍA, 2000). Quienes rechazan al Jurado, también rechazan en el fondo, como decía TOCQUEVILLE (1957) la propia idea de la soberanía popular.<sup>3</sup> Y con ella las posibilidades de ejercicio de poder en forma comunitaria u horizontal y, por lo tanto, presumiblemente menos violenta.

---

<sup>3</sup> «El juicio por jurados no sólo es el medio más enérgico de hacer reinar al pueblo, sino también el medio más eficaz de enseñarle a reinar» (TOCQUEVILLE, 1957: 275).

De esta forma, el juicio por jurados puede ser no sólo la herramienta que limite el desmesurado poder punitivo, sino también la que remueva los límites del Estado soberano (de ciudadanos soberanos) para ejercer el monopolio de la violencia y por lo tanto legítima en el sentido de justificada moral y políticamente. Este ejercicio está hoy afectado, o limitado, por las incoherencias de su administrativización o ejercicio meramente actuarial e injustificable, tanto moral como políticamente.

No es casual que el nuevo ejercicio del poder punitivo por expertos, recurra a un populismo punitivo que llama falsamente a potenciar el plano local y apela a la comunidad para obtener legitimación y «borrar» los límites de los derechos. Sin embargo esta apelación no tiene efectos ya que se hace sin una efectiva participación de los individuos (como ciudadanos soberanos) en el poder punitivo que continúa en manos de expertos (políticos, jueces, policías y hasta formadores de opinión) y por lo tanto no es público en sentido democrático. La participación democrática real, sin manipulaciones de las corporaciones de expertos, puede ser un argumento de efectiva legitimación (y no otro falaz en el que se apoyan las políticas represivas actuales) a la vez que una confirmación de los límites al propio poder democrático.

En el momento presente la dimensión más importante del poder punitivo radica en su significado comunicativo, en ello no se equivocan quienes guían las actuales políticas penales. Pero la forma en que se formulan los mensajes de un poder no democrático implica, además de un mayor sufrimiento efectivo de los sujetos a quienes se aplica el poder punitivo, su fracaso más pronto que tarde. Por el contrario, acortar o eliminar la distancia entre los ciudadanos que reciben el mensaje y aquellos que lo emiten permitirá reducir la violencia utilizada y a la vez otorgarle mayor legitimación al propio poder público. El diseño constitucional de juicio oral, público y por jurados es la forma para lograrlo, y es una clave dentro de las representaciones democráticas modernas como rituales de comunicación que supera con éxito el error inquisitivo de pretender lograrlo con el secreto y la escritura.

Aunque ello tenga sus problemas, será una ventaja para implementar una auténtica publicidad (BERCHOLC, 2005).

Los rituales comunicativos de la justicia penal son ceremonias que despiertan compromisos de valor específicos en los participantes y en el público, y actúan así con un importante contenido legitimante y pedagógico, reproduciendo los valores republicanos y democráticos y a la vez generando y regenerando una mentalidad y sensibilidad mayores hacia el conflicto y la violencia.

El juicio por jurados es un producto de la participación democrática pero a la vez es productor de ella, tanto en quienes intervienen como jurados como



sobre los ciudadanos que forman parte del público y potencialmente pueden integrar un jurado en otro momento. Sin los juicios por jurados y en la medida en que el papel de los ciudadanos tomando decisiones en forma directa o indirecta a través de sus representantes (e incluso como mero espectador) se ha reducido, el papel del experto se ha incrementado. Esto les otorga un poder mucho mayor a estos expertos que encubren sus opciones morales y políticas con un lenguaje técnico que presumiblemente tiene la ventaja de ser más «civilizado», pero que va de la mano con el fracaso en su intento de educar sistemáticamente al público en la realidad del castigo y en el hecho de formar parte de él y de sus consecuencias. Ello permite que profesionales «liberales» y «civilizados» se quejen del público «punitivo» y sus exigencias irreales. Creo que la participación de los ciudadanos en la justicia tiene también una función clara de legitimación de la instancia punitiva de la soberanía estatal si ella se ejerce democráticamente y a la vez es más eficiente para reducir las demandas de respuesta violenta como forma de ejercicio del poder punitivo.

El modelo democrático y participativo del poder punitivo tiene, para ello, un determinado modelo de «comprensión escénica» que asegura la producción del conflicto como «caso penal». El poder punitivo sólo podrá legitimarse si recurre a un modelo radicalmente diferente al de la justicia clandestina. Este otro modelo es el del juicio por jurados.

El juicio penal atañe a toda la sociedad (es lo que se pretende en un Estado democrático) y ésta debe participar del momento comunicacional que en él se desarrolla. La función simbólica, como proyección de imágenes que se quieren dar de la sociedad, tendrá éxito sólo si es realizada por los ciudadanos y no sólo para ellos. A la vez esto permitirá, también, generar la reflexión democrática sobre ciertas funciones sociales que se realizan privilegiadamente en el marco estatal.

## BIBLIOGRAFÍA

- BECCARIA, Cesare, 1983 (1764): *De los delitos y de las penas*. Trad. J. Jordá. Barcelona: Bruguera.
- BERCHOLC, Jorge O., 2005: «El juicio por jurados y sus posibles beneficios para la democratización y publicidad del accionar de la Justicia». *Encrucijadas*, Universidad de Buenos Aires, n. 35, Buenos Aires, diciembre de 2005.
- BINDER, Alberto, 2013: «Frase grande, plan pequeño». <http://nohuboderecho.blogspot.com.ar/2013/04/frase-grande-plan-pequeno-por-alberto.html>. En julio/2013.
- BRUZZONE, Gustavo, 2000: «Mito y realidad de la participación ciudadana en la administración de justicia penal en Sudamérica: ¿se instaurará finalmente el juicio por jurados en Argentina como lo establece su Constitución Nacional desde 1853?». In AA.VV. *Juicio por Jurados en el Proceso Penal*. Buenos Aires: Ad Hoc.

- BUTELER, José Antonio, 2009: «La participación popular en los procesos penales cordobeses», en Gabriel Anitua e Ignacio Tedesco (Comps.) *La cultura penal. Homenaje al Profesor Edmundo S. Hendler*, Buenos Aires: Del Puerto.
- CARRÍO, Alejandro, 1990: *El enjuiciamiento penal en la Argentina y en los Estados Unidos. Un análisis comparativo en función de una reforma procesal*. Buenos Aires: Eudeba.
- COSACOV, Gustavo; PLAZA SCHAEFER, Valeria; RUFINETI, Edgar; WECKESER, Cintia, 2013: «Jueces magistrados y jueces ciudadanos. Algunas reflexiones sobre las transformaciones en la justicia penal». *Revista de Derecho Penal y Criminología La Ley* año III, n. 6, julio/2013.
- FLETCHER, George, 1997: *Las víctimas ante el jurado*. Trad. J. J. Medina Ariza y A. Muñoz Aurnión. Revisión prólogo y notas: F. Muñoz Conde. Valencia: Tirant lo Blanch.
- FLETCHER; George P., 2000: «¿Es mejor ser enjuiciado por un delito en un sistema de derecho consuetudinario que en un sistema de derecho continental?». In AA.VV. *Sentido y Contenidos del Sistema Penal en la Globalización*. Medellín: Fiscalía General de la Nación/Ediciones Jurídicas Gustavo Ibañez.
- GIMENO SENDRA, Vicente; MORENO CATENA, Víctor; CORTÉS DOMÍNGUEZ, Valentín, 1999: *Derecho Procesal Penal*. Madrid: Colex.
- HENDLER, Edmundo, 2000: «El Juicio por Jurados, ¿derecho u obligación?». In AA.VV. *Juicio por Jurados en el Proceso Penal*. Buenos Aires: Ad Hoc.
- \_\_\_\_\_, 2005: «El significado garantizador del juicio por Jurados». In AA. VV. *Libro homenaje al Prof. Dr. Julio B. J. Maier*. Buenos Aires: Del Puerto.
- \_\_\_\_\_, 2006: *El juicio por jurados. Significados, genealogías, incógnitas*. Buenos Aires: Del Puerto.
- \_\_\_\_\_; CAVALLERO, Ricardo J., 1988: *Justicia y participación. El juicio por jurados en materia penal*. Buenos Aires: Universidad.
- MAIER, Julio B. J., 1996: *Derecho procesal penal I*. Buenos Aires: Del Puerto.
- MONTEQUIEU, Charles-Louis de Secondat barón de, 1985 (1735): *Del espíritu de las Leyes*. Trad.: M. Blázquez y P. de Vega. Madrid: Tecnos.
- NINO, Carlos Santiago, 1992: *Fundamentos de Derecho Constitucional*. Buenos Aires: Astrea.
- PASTOR, Daniel, 1991: «Acierito e hipocresía en una sentencia trascendente (¿Juicio por jurados ya?)». *No hay Derecho*, n. 5, Buenos Aires.
- PIÑOL SALA, Nuria, 2000: «La imposibilidad del fiscal de recurrir absoluciones como un derivado del *jury nullification* y las posibles repercusiones en nuestro país». In AA.VV., *Juicio por jurados en el proceso penal*. Buenos Aires: Ad Hoc.
- PRADA GARCÍA, Aurelio de, 2000: «Soberanía popular, poder judicial y jurado en el sistema jurídico español: Algunas consideraciones». *Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense*, n. 93, Madrid.

- ROLÓN, Darío, 2009: «¿Estamos obligados a obedecer las leyes? The jury nullification: el jurado como garantía». *Cuadernos de doctrina y jurisprudencia penal*, n. 6/7, Buenos Aires: Ad Hoc.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, 1957: *La democracia en América*. Trad.: Luis Cuéllar. México: Fondo de Cultura Económica.
- VÁZQUEZ ROSSI, Jorge, 1987: «Crisis de la justicia penal». *Doctrina Penal*, n. 10, Buenos Aires: Depalma.
- ZAYAT, Demián, 2008: «¿Jueces o Jurados? Un hecho similar resuelto de diverso modo por jueces profesionales y jurados populares». <http://www.palermo.edu/derecho/inv1.html>. En junio/2008.

## AUTORES

Alejandro Forero Cuellar ■ Antonio Henrique Graciano Suxberger  
Bruno Amaral Machado ■ Camilo Ernesto Bernal Sarmiento ■ Carmen Hein  
de Campos ■ Conceição Gomes ■ Cristina Zackseski ■ Elías Carranza  
Gabriel Ignacio Anitua ■ Ignacio Flores Prada ■ Iñaki Rivera Beiras  
Jesús M. Rivera Delgado ■ Jorge Vicente Paladines ■ José Mouraz Lopes  
Lea Marina Meza Córdoba ■ Lina M. Torres Rivera ■ Máximo Sozzo  
Patrizia Pederzoli ■ Rogerio Schietti Machado Cruz ■ Sergio J. Cuarezma Terán



Adquirir este livro

 Marcial  
Pons

contato por e-mail

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461, conj. 64-5, Jardim Paulistano • CEP 01452-002  
São Paulo-SP • tel. 55 (11) 3192.3733